

Entre a história pública e a história digital: a oficina historiográfica de Bruno Leal e o Café História

Fagno da Silva Soares*

A trajetória, as experiências, os desafios e as perspectivas da história pública e da história digital no Brasil deram o tom desta entrevista com o historiador e jornalista Bruno Leal Pastor de Carvalho, realizada em 22 de agosto de 2018, durante o 4º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública e 5ª Conferência Anual da Federação Internacional de História Pública, ocorridos na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP). Bruno Leal é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2015), mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio, 2009) e especialista em História Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2010). Tem graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2006) e em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2006). É pós-doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Participa do conselho editorial de importantes periódicos nacionais na área de história e afins. Com vasta produção intelectual, tem publicado inúmeros capítulos de livros e artigos em periódicos

* Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA – Campus Açailândia). Líder do Clio & Mnemósine: Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória, vinculado ao IFMA. E-mail: fagno@ifma.edu.br.

nacionais e internacionais, além de apresentar diversos trabalhos no Brasil e no exterior. É professor de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador associado do Institut d'Histoire du Temps Présent de Paris (IHTPP), membro da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) e da Associação das Humanidades Digitais (AHDig). Fundou há dez anos um dos mais prestigiados portais de divulgação científica de história no Brasil, o Café História. Durante a entrevista, o historiador falou de sua trajetória profissional e fez reflexões acerca do ofício e de seus (di)lemas no século XXI, comentando desde os dez anos do Café História até a função social do(a) historiador(a) no fortalecimento dos estudos em história pública no Brasil.

Entrevista

Fagno da Silva Soares – Bom dia, caro professor Bruno. Agradeço a disponibilidade para esta entrevista. Destarte, tomemos como mote inicial desta nossa interlocução a sua trajetória profissional. Penso que para compreender o historiador Bruno Leal, antes de tudo, temos de pensar sobre a pessoa e a trajetória de vida do Bruno. Assim, desejamos iniciar em sucintos relatos, ouvindo um pouco de sua história desde a infância, suas primeiras leituras e interesses, bem como as motivações que o levaram à escolha da carreira de jornalista e, posteriormente, à de historiador. Dito isto, pergunto-lhe: quais as implicações e desdobramentos resultantes da interface e/ou fronteira entre história e jornalismo? E, afinal, quem é Bruno Leal?

Bruno Leal Pastor de Carvalho – Uau! Deixe-me tomar um pouco de fôlego antes de responder! [risos]. Eu nasci no inverno de 1982, no bairro de Olaria, subúrbio do Rio de Janeiro. Sou filho de Serafim, um português que trabalhou quase a vida inteira no setor de recursos humanos da Petrobrás, na Avenida Chile, e de Regina, que lecionou por mais de duas décadas na Escola Municipal Marcílio Dias, localizada no Quitungo, sub-região do bairro de Braz de Bina, no subúrbio da capital fluminense. Quando eu olho para a minha infância e adolescência, não vejo nada que apontasse de forma clara para o meu posterior envolvimento com o mundo da pesquisa acadêmica e das letras. Tive bem poucos livros em casa. Meu pai não vota. Nunca votou – ele nunca se naturalizou brasileiro. Minha mãe até que era bastante brizolista.

Mas tirando isso, política (partidária) era uma coisa ausente na minha casa. Viajei muito pouco nessa etapa da vida: a primeira vez que me aventurei para fora do Rio de Janeiro foi somente aos 18 anos. Cresci na Vila da Penha, um bairro suburbano emergente sem muitos equipamentos culturais.

Isso não quer dizer que esses anos não tenham sido importantes para a minha formação como jornalista e historiador. Minha mãe, em primeiro lugar, era professora – isso deve ter tido algum efeito sobre mim. Além disso, meus pais gostavam muito de ver filmes. Todo final de semana íamos à locadora alugar algumas fitas para ver em nosso velho videocassete Betamax de duas cabeças. Nosso consumo não era nada rebuscado: aventura, terror, ação, quase tudo *blockbuster* norte-americano. Mas tenho certeza que esse simples hábito teve um papel importante para a minha posterior paixão por cinema, mídia e cultura. De uma forma geral, cresci em um ambiente laico, liberal, pacífico e materialmente confortável – a liberdade desse tipo de criação certamente foi determinante para que eu pudesse escolher os meus rumos profissionais de forma autônoma.

Na escola, eu tive uma experiência negativa bastante importante: fui reprovado dois anos consecutivos em matemática. O efeito foi devastador. Eu passei a acreditar que não gostava de estudar e que era burro. Passei alguns bons meses com vergonha de sair de casa e encontrar meus amigos de escola. Sentia-me um fracassado. Levei anos para perceber que o problema não era comigo e sim com o modelo pedagógico adotado pela minha escola, que valorizava muito mais o erro do que o acerto. Com a ajuda de colegas e professores, acabei entendendo que havia diferentes tipos de inteligência. Bastava olhar para o meu boletim para perceber isso: eu era ótimo em ciências humanas, sobretudo história, e péssimo em ciências naturais. Eu me agarrei a isso. Passei pouco a pouco a me aproximar mais de meus professores e professoras de história e redação. No ensino médio, a biblioteca se tornou um dos meus lugares preferidos na escola. Eu pegava sempre dois ou três livros por semana. Nesta época, eu lia muita literatura, principalmente Jorge Amado e Milan Kundera. Mas também já era ávido leitor de história. Fiquei encantado quando li pela primeira vez *A era dos extremos*, do Hobsbawm.

Paralelo a tudo isso, eu sempre tive muito interesse em tecnologia. Tive muitos videogames. Comprava e vendia computadores por meio de anúncios em jornais. Vi o nascimento do celular de perto e a explosão da internet banda larga. Fui (admito) um usuário assíduo do antigo Napster, entusiasta do Orkut e um dos primeiros assinantes do Netflix no Brasil. Meu pai teve aí um papel

importantíssimo. Ele também sempre foi um entusiasta da tecnologia. Isso me cativou. Lembro até hoje da primeira vez que entrei na internet. Foi em 1994. Eu tinha 12 anos, meu pai tinha me levado para passar um dia com ele na Petrobrás, onde havia uma moderna frota de computadores – todos conectados.

Uma vez terminado o ensino médio, eu decidi então fazer dois cursos que me cativavam: História e Comunicação Social. Fui aprovado em ambos os cursos em quatro universidades públicas. Foi nesta época que comecei a ter uma rotina de trabalho e estudo intensa. Eu saía sete da manhã de Vicente de Carvalho para chegar ao curso de Comunicação Social na UFRJ, no campus da Praia Vermelha, no bairro da Urca, zona sul carioca, apertado como sardinha no metrô, e voltava para casa onze horas. Mas esta foi uma época de ouro para a universidade pública no país. Sempre contei com bolsas de estudo e a estrutura física dos cursos era de uma forma geral bastante satisfatória. Fiz estágio e iniciação científica. Trabalhar por vários anos na Fundação Roberto Marinho [FRM] com educação a distância – foi uma experiência profissional incomparável. Com o tempo, porém, acabei me dedicando exclusivamente à vida acadêmica. Fiz especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Fui professor por dois anos da Universidade Federal Fluminense [UFF] e por um ano e meio na Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]. Sou atualmente professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília [UnB]. Quando vejo tudo isso em retrospecto, eu penso: “Nada mau para quem supostamente não gostava de estudar”.

FSS – Professor, fale-nos um pouco das suas influências historiográficas durante a graduação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Quais dominavam a cena acadêmica e como isso o afetou profissionalmente? Lembro-me que foste orientado pelo saudoso professor Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães. Ainda estão presentes quais ensinamentos? E conte-nos como foi o mestrado e o doutorado, respectivamente na Unirio e UFRJ, e seu ingresso na carreira universitária. Neste sentido, quais historiadores e historiadoras exerce[ra]m importante papel na sua formação?

BLPC – Eu entrei na graduação em 2003. Nesta época, no plano político, eu me identificava bastante com a historiografia marxista. Com o tempo, no entanto, acabei conhecendo outras historiografias, outras formas de pensar história e acabei tomando um caminho diferente. No decorrer da graduação, minha identificação maior foi com a história social e com a história cultural.

Fui bastante impactado pela chamada história do tempo presente. Aproximei-me ainda dos debates sobre temporalidade e memória. Autores como Tony Judt, Peter Burke, Roger Chartier, François Hartog, Dominick LaCapra, Henry Rousso, Andreas Huyssen, Giorgio Agamben, Michel de Certeau, Ian Kershaw, Peter Gay, Reinhart Koselleck e Hannah Arendt foram decisivos para minha formação. É um “time” muito europeu, eu sei, eu diria até excessivamente europeu. Mas isso tem a ver com o próprio momento em que eu fiz a minha graduação.

Porém, de todas as influências que eu tive, a influência de Manoel Salgado foi a maior. Eu fiz sete disciplinas com ele, que foi também meu orientador na graduação e esteve presente na minha banca no mestrado – a penúltima de que ele participou antes de falecer. Manoel era um profissional ímpar. Completíssimo. Era erudito, mas sem ser arrogante. Tinha especial apreço por questões relacionadas à memória no tempo presente. Sempre levava novidades para a sala de aula. Eu ficava fascinado com a maneira como ele dava aulas. O processo dele começava na escolha minuciosa dos textos e se estendia até a escolha dos problemas que davam corpo à aula. O professor Manoel Salgado mantinha sempre uma postura bastante ética, respeitava bastante as ideias dos alunos. Valorizava o que cada um tinha de melhor. E importantíssimo: Manoel sempre tinha prazer de dizer que era professor.

Eu levei muito tempo para assimilar o seu repentino falecimento em 2010. Acho que foi assim com muita gente. Manoel formou uma ou mais gerações de historiadores e historiadoras. Abriu campos de estudo. Inspirou muita gente boa. Ele era apaixonado por história. Devo muito a ele. A maneira como eu penso historiografia, como eu monto minhas aulas, a forma como eu preparo as avaliações e como eu me relaciono com os alunos: tudo é inspirado nesse historiador fantástico que foi Manoel. Eu tenho certeza que Manoel deixou um legado incrível e que vai continuar vivo por muito tempo.

Além do Manoel, Márcia Gonçalves e Antônio Edmilson foram outros dois professores que me marcaram profundamente na época da graduação. Aliás, a UERJ, onde eu cursei História, me proporcionou uma formação bastante sólida. A atual tentativa de desmonte da instituição é um crime monstruoso e que afeta demais o futuro do país.

Mas voltando às minhas influências, eu admiro bastante o trabalho da minha orientadora no doutorado, Monica Grin, e dos historiadores Fábio Koifman e Luís Edmundo de Souza Moraes, ambos docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], além de outros tantos

historiadores e historiadoras, inclusive colegas da minha geração – que têm agora entre 30 e 40 anos.

Quando saí da graduação, eu estava muito envolvido com os estudos de memória do holocausto. Isso me levou ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio, onde fiz o meu mestrado. Trabalhei com o discurso midiático da imprensa brasileira sobre os 60 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, buscando compreender os efeitos de sentido presentes nesse tipo de discurso. Neste meu trabalho, analisei a *Folha de S. Paulo* e operei com a análise de discurso como aporte teórico.

No doutorado [PPGHIS/UFRRJ], eu trabalhei com o caso de um letão chamado Herberts Cukurs. Ele chegou ao Rio de Janeiro em princípios de 1946 e quatro anos depois foi acusado por entidades judaicas cariocas e estrangeiras de ter cometido crimes de guerra durante a ocupação nazista da Letônia. Cukurs negava as acusações e isso se tornou uma grande celeuma pública. Era a primeira vez que o Estado brasileiro se deparava com esse tipo de situação. Na tese, eu não busquei determinar se Cukurs era ou não culpado pelos crimes pelos quais era acusado – um debate travado até hoje, sobretudo na Letônia. Interessava-me saber como o Estado brasileiro posicionou-se diante deste emblemático caso. Em outras palavras, a posição do Estado brasileiro sempre foi o grande objeto do meu trabalho.

Foram quatro anos de um trabalho exaustivo de pesquisa. Visitei diversos arquivos e bibliotecas em mais de três países. Foram mais de três mil páginas de documentos examinadas. Os resultados foram bem interessantes. Eu descobri, por exemplo, que o Estado brasileiro não foi a figura protetora de Cukurs que muitos assinalaram. Você encontra antissemitismo dentro da estrutura governamental, mas isso não parece ter sido decisivo para que Cukurs continuasse vivendo no Brasil. Minha pesquisa demonstrou que a permanência de Cukurs no país se deu muito mais em função dos diversos problemas que as entidades judaicas encontraram na montagem jurídica do processo e também das autoridades britânicas, que relutaram em contribuir para as investigações do governo brasileiro. Os britânicos não forneceram informações que permitissem ao governo brasileiro confirmar os crimes atribuídos a Cukurs. Além disso, nem a União Soviética, nem Israel e nem as Alemanhas se manifestaram, em qualquer momento, quanto à possibilidade de solicitar a extradição de Cukurs. O meu trabalho ainda ajuda a pensar o Brasil dentro de um contexto maior do pós-guerra e das políticas de punição a colaboracionistas e nazistas.

Depois que eu terminei o doutorado, atuei como professor substituto no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense [UFF] e fiz o pós-doutorado no PPGHIS/UFRJ. Em abril de 2018 fui aprovado no concurso de professor efetivo do Departamento de História da Universidade de Brasília, onde tenho sido absolutamente bem-acolhido. Trata-se de uma universidade fantástica. Minha ideia é continuar pesquisando a questão dos criminosos nazistas e o imediato pós-guerra na Europa, além de consolidar na UnB um forte núcleo de história pública e divulgação científica.

FSS– Desde o início de sua carreira, é nítido seu interesse pela história contemporânea, com especial atenção à história do tempo presente. Benedetto Croce afirmou que “toda história é uma história contemporânea”, referindo-se ao caráter revisativo das pesquisas historiográficas. Conte-nos um pouco das motivações pelos temas (nazismo, holocausto, guerra etc.) que se tornaram objetos de estudo no seu mestrado e no seu doutorado.

BLPC – Esta é uma pergunta interessante. Não sei explicar o porquê do meu interesse por história contemporânea. É sempre difícil explicar por que gostamos mais de uma coisa e não de outra, não? Acho que essa racionalidade não é fácil de traçar. Talvez o fato de ser jornalista ajude a entender o meu envolvimento com essa temporalidade. Já o meu envolvimento com o tema do holocausto e do nazismo é mais fácil de entender. Muitos colegas acham que eu sou judeu e daí viria o meu interesse. Mas não é nada disso – eu nem mesmo sou judeu. Como eu disse antes, no final da graduação, o tema da memória me mobilizou bastante. E não há como você passar pelos estudos da memória sem passar por uma memória traumática como a do holocausto. Foi nesta época que eu comecei a estudar o tema. Desde então, ele jamais saiu do meu horizonte acadêmico. Fui co-coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes do UFRJ [NIEJ] por vários anos. Além disso, os fenômenos históricos do nazismo e da Segunda Guerra Mundial são constitutivos de nosso mundo. É difícil falar das forças políticas e sociais que moldam o nosso mundo hoje e não as relacionar com esses dois eventos – isso, eu imagino, ajuda a explicar por que escolhi esses objetos de estudo.

FSS – Retomando o debate acerca dos avanços dos estudos e reflexões da história do tempo presente no Brasil como reflexo da tradição da historiografia francesa nas universidades brasileiras e considerando que você

é pesquisador associado do Institut d’Histoire du Temps Présent de Paris, compartilhe conosco seu olhar sobre os desafios do historiador do tempo presente, assentado na máxima de Roger Chartier, para quem o historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto, o que exige uma maior acuidade intelectual e meticulosidade ao operar teórico-metodologicamente seus objetos em meio a fontes documentais abundantes que parecem não se esgotar – mas, ao contrário, se multiplicam em face da dita sociedade digital. Mesmo sabendo que a história do presente remonta aos tempos de Heródoto e Tucídides, de modo geral, nossos tradicionais e consolidados programas de pós-graduação em História no Brasil têm dedicado poucas linhas de pesquisa à história do tempo presente, com raríssimas exceções, a exemplo da Udesc [Universidade do Estado de Santa Catarina], cuja área de concentração é história do tempo presente. Dito isto, lembro-me da provocativa indagação feita por Jean Pierre Rioux, a qual repasso a você: “Pode-se fazer uma história do tempo presente?”.

BLPC – Vamos por partes. Em primeiro lugar, eu tendo a concordar com o Chartier quanto ao rigor redobrado do historiador que opera com a história do tempo presente precisa buscar. Por dois motivos. O primeiro diz respeito aos documentos, como você mesmo sublinhou. Temos hoje não só uma abundância de materiais que podem ser considerados documentos históricos, mas também uma grande diversidade no que diz respeito à natureza dessas fontes, muitas das quais não temos ainda parâmetros metodológicos bem-definidos para abordá-las. É o caso das fontes que já nascem digitais. Em geral, precisamos recorrer à comunicação social ou a netnografia para encontrar uma forma de tratamento dessas fontes.

O segundo motivo diz respeito às paixões políticas. E aqui eu preciso ter muito cuidado para não parecer partidário de qualquer tipo de neopositivismo: não nutro qualquer crença na neutralidade da escrita da história e também sei muito bem que um historiador medieval pode colocar suas paixões em seus trabalhos de forma tão problemática quanto um historiador que trata do tempo presente. Porém, eu diria que existe um risco mais complexo no plano do tempo presente. Nós podemos ver isso nas obras historiográficas sobre o conflito árabe-israelense que são publicadas no Brasil. Com raras exceções, a curadoria das editoras é guiada mais por interesses políticos do que por interesses acadêmicos – pois são, nesses casos, as comunidades envolvidas diretamente nesse conflito que orientam tais escolhas. O resultado é

uma historiografia pobríssima, materiais que parecem servir mais à militância do que à pesquisa.

A historiografia sempre refletirá as subjetividades e as escolhas políticas do historiador, não há como escrever uma história “desinteressada” e “descontaminada”. É loucura ou um ato mal-intencionado acreditar nesse tipo de coisa. É o que movimentos como o Escola “Sem” Partido pregam. Mas devemos ter cuidado para que a agenda política (que existe) não substitua o rigor acadêmico.

Em segundo lugar, a questão dos programas de pós-graduação. O trabalho desenvolvido pelos colegas da Udesc é uma referência. Mas não podemos nos esquecer de outros. O Grupo de Estudos do Tempo Presente [GET], ligado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe [UFS], é responsável pela revista eletrônica semestral dos *Cadernos do Tempo Presente*. O Laboratório de Estudos do Tempo Presente [Tempo] da UFRJ, localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, existe desde setembro de 1994 e abrange pesquisas de âmbito multidisciplinar, reunindo pesquisadores de diversas áreas e linhas de trabalho. Enfim, acho que há um número considerável de pesquisadores atuando na área. Acho que ainda vá crescer bastante. Neste sentido, o que não falta é quem acredite que sim, é possível escrever a história do tempo presente.

FSS – É sabido por todos e todas que há atualmente no Brasil uma grande demanda social de diferentes públicos pelo conhecimento histórico. Esta demanda materializa-se em diferentes produtos: desde revistas a documentários, passando por filmes, peças teatrais e livros escritos por historiadores e não historiadores que têm dado seu contributo, apesar de ambíguo, ao processo de divulgação da história. Você avaliou as abordagens e o contexto atual do debate teórico-historiográfico sobre a divulgação histórica no Brasil em sua pesquisa de pós-doutoramento realizada no PPGHIS-UFRJ. Fale-nos um pouco sobre como tem se dado este processo no Brasil.

BLPC – Essa demanda social tem já umas boas três décadas. Andreas Huyssen, em *Seduzidos pela memória*, relaciona esses “passados presentes” aos movimentos de descolonização, ao desaparecimento da geração que sobreviveu ao holocausto e ao surgimento de novas mídias e suas impressionantes capacidades de registro. O historiador Jacques Le Goff, contudo, notou em uma entrevista, no início dos anos 1980, que nossas sociedades

têm realmente nutrido um grande interesse por história, mas não necessariamente por historiadores. Essa astuta observação, além de um alerta, dá o tom do que aconteceu no mundo ocidental nessas últimas décadas. Em geral, os historiadores não se preocuparam muito em compreender e atender essa demanda social por história. O campo historiográfico durante muito tempo esteve muito mais preocupado com o campo da pesquisa e do ensino, dando pouca ou mesmo nenhuma atenção para a divulgação de história. A divulgação da história ficou quase sempre a cargo de jornalistas.

No final dos anos 1990, os historiadores começaram a se ocupar mais com aquilo que podemos chamar genericamente de “divulgação de história” – estou me referindo aqui a produtos que operam com alguma dimensão da história e que são voltados para o grande público, o público leigo. Em 1997, a revista *Estudos Históricos* publicou um artigo do historiador Benito Bisso Schmidt sobre as biografias de personagens históricos escritas por jornalistas. Schmidt queria entender as semelhanças e diferenças entre as escritas biográficas produzidas por jornalistas e historiadores. Em 2014, na *História da historiografia*, foi a vez de Jurandir Malerba examinar o trabalho de jornalistas que escreviam sobre história. Mas, agora, ao invés de biografias, livros que tratavam de efemérides ou que propunham análises do desenvolvimento histórico brasileiro.

Schmidt e Malerba se debruçaram sobre “obras históricas” escritas por jornalistas a fim de compreender seus problemas, limites e particularidades – e ambos dão importantes contribuições. Eu tenho tomado, porém, outro caminho. Nos últimos anos, meu interesse tem sido desenvolver parâmetros, abordagens, pressupostos e modelos de divulgação de história que possam ser utilizados por historiadores e outros profissionais que lidam com o conhecimento histórico em sua dimensão historiográfica. Está muito claro que existe hoje um conjunto bastante heterogêneo de produtos de divulgação de história para o grande público. Eles têm naturezas, conteúdos e objetivos completamente diferentes. Minha preocupação consiste em responder: como os historiadores acadêmicos, bem como profissionais de áreas vizinhas, podem ocupar este espaço da divulgação da história para o grande público?

É fácil inferir, portanto, que o meu trabalho tem um lado bastante prático. A questão é: para chegar a qualquer modelo, estratégia ou parâmetros de divulgação de história, eu tenho que passar antes (e constantemente) por questões teóricas e conceituais importantes. Para isso, tenho operado com a chave da história pública e, principalmente, nos últimos dois anos, com a

chave da divulgação científica. Estou desenvolvendo um conceito chamado “divulgação acadêmica de história”, que, em resumo, é uma divulgação científica de história, uma forma possível de o historiador profissional alcançar o grande público. Estou, deste modo, focado em um tipo específico de fazer divulgação de história, aquela que é realizada pelos próprios profissionais da área. Em breve eu vou publicar um artigo no qual esquadrinho esse possível modelo/conceito/modo de fazer. Por ora, posso dizer que se trata de um modelo que é ancorado na interdisciplinaridade, que se preocupa com a dimensão formativa da divulgação, que pensa em estratégias de incorporação do público, que não dispensa o rigor acadêmico e enxerga a divulgação como um ato de emancipação e de empoderamento da sociedade. Estou convencido da necessidade de construir um modo acadêmico de divulgar história para as massas.

FSS – Enquanto fundador e editor do portal de divulgação científica Café História, que pode ser considerado um dos mais importantes projetos de divulgação científica em história do país, quais são os desafios da história digital no Brasil? E como você tem visto a produção historiográfica hoje no Brasil, neste campo?

BLPC – Um dos grandes desafios da história digital no Brasil (e alhures) é bastante conhecido: deixar claro o que constitui um projeto de história digital. Um jornal faz um *hotsite* sobre os 60 anos do golpe civil-militar de 1964. Trata-se de um projeto de história digital? Uma empresa desenvolve uma plataforma de ensino a distância especializada em história. Este é um projeto de história digital? Um professor de história cria um canal no YouTube para compartilhar suas aulas. Estamos diante de um projeto de história digital? História digital está centrada numa técnica (aplicativos, jogos, plataformas, digitalização) ou em abordagens e processamento qualitativo de dados?

Esses exercícios de definição em história são ingratos e, por vezes, traiçoeiros. Eu acredito, naturalmente, em certa flexibilidade, mas é preciso algum tipo de consenso quanto aos elementos constitutivos deste tipo de empreendimento. O risco de não falar sobre isso já está dado: ter uma quantidade absurda de projetos que reclamam para si a rubrica de história digital, mas que não parecem ter qualquer unidade conceitual ou até mesmo prática entre si.

Outro risco, decorrente deste, é tornar o conceito de história digital meramente um rótulo mercadológico para empresas e instituições. Isso é

muito comum no campo tecnológico. É o que aconteceu, por exemplo, com a ideia de Web 2.0, conforme sublinha o historiador Juliano Spyer no livro *Conectado*. Você precisa convencer uma empresa a comprar o seu projeto ou uma agência de financiamento a financiar a sua pesquisa, use a expressão Web 2.0. Fala-se até mesmo em Web 3.0. Eu acho que precisamos tomar cuidado com esses rótulos e conceitos. Enfim, acho que precisamos ser mais criteriosos na definição quanto ao que é história digital – mas sem que isso nos engesse demais.

Por fim, vale dizer que precisamos estar atentos aos deslumbramentos que a tecnologia pode causar. A tecnologia é falha, lacunar, cria suas próprias ilusões. Portanto, é preciso operá-la com bastante atenção, observar aquilo que silencia ou esconde. Temos um bom exemplo nos anos 1950 e 1960 com a história quantitativa e serial. Não podemos cometer o mesmo erro do século passado e achar que o processamento de dados vai revelar uma grande verdade escondida. Dentro desses silenciamentos, vale mencionar ainda os protocolos interdisciplinares que esse *campo* engendra. É o que acontece com o caso dos algoritmos. A maneira como se programa essa inteligência artificial segue uma semântica que jamais é apolítica – a maneira como os algoritmos funcionam incide cada vez mais diretamente na representação do passado.

O Brasil tem ótimos pesquisadores no campo da história/historiografia digital. A Anita Lucchesi, que faz o seu doutorado na Universidade de Luxemburgo, tem sido uma referência na área. Não há como estudar a coisa sem passar pela dissertação que ela defendeu na UFRJ. A Marcella Albaine, que desenvolve seu doutorado na Unirio, também é uma referência, ainda que seus trabalhos lidem com a chave dos games aplicados ao ensino de história. Outro pesquisador que merece destaque é Dilton Maynard, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Maynard tem um trabalho bem interessante sobre extremismos e fascismos na web. Além desses nomes, o Aquiles Alencar Brayner, brasileiro ligado à British Library, tem dado importantes contribuições no que diz respeito à indexação de elementos digitais. Nos próximos anos, acredito que o número de trabalhos deverá ser ainda maior.

FSS – Gosto muito de um artigo que você publicou na revista *História Hoje* em 2014, *Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online*, problematizando a relação entre o computador, o historiador e as mídias sociais – em especial o Café História – e também um outro, mas

noutra publicação, na revista *Tempo Brasileiro*, dois anos antes, intitulado *A divulgação da história na internet e o caso da rede Café História*. Neste artigo você também sinaliza a importância de incorporação das disciplinas de história pública e/ou história digital nas grades curriculares dos cursos de graduação em história. Fale um pouco mais sobre isso.

BLPC – Trata-se de algo que venho defendendo há algum tempo: só conseguiremos usufruir ao máximo as possibilidades da história digital e só conseguiremos ocupar bem o espaço público com projetos de história pública e divulgação científica se disponibilizarmos esse tipo de disciplinas nos currículos dos cursos de graduação. Precisamos encarar a divulgação da história como uma vocação, ao lado da pesquisa e do ensino. E isso só se faz lendo, escrevendo, discutindo e elaborando projetos nessas áreas, quer por meio de laboratórios, núcleos ou cadeiras na graduação.

Eu soube recentemente de duas ótimas notícias. Uma delas é que está acontecendo um grande debate no interior do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS] quanto à criação de uma habilitação de História Pública. A outra boa notícia é a aprovação do mestrado em História Pública submetido à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes] pela Universidade Estadual do Paraná [Unespar], durante a 180ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior [CTC-ES]; é algo bastante animador. Eu mesmo ofereci há dois anos, na UFRJ, um curso sobre história pública. O resultado do curso foi fantástico: os alunos produziram um curta-documentário de qualidade semiprofissional. Este tipo de iniciativa é fundamental e até mesmo estratégico, afinal de contas, vivemos um momento de sufocamento das universidades públicas e de uma tentativa, por parte de grupos políticos, em fragilizar a autoridade do historiador no meio social.

FSS – A criação da Rede Brasileira de História Pública, em 2012, da qual você faz parte, tem realizado eventos e publicações sistemáticas no campo, promovendo assim o avançar dos debates num esforço de pensá-la teórico-metodologicamente. Neste sentido, em 2011 foi lançada a obra *Introdução à história pública*, coletânea organizada pelas professoras Juniele Rabêlo e Marta Rovai; anos depois foi lançada outra coletânea, *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*, sob a organização de Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo e Ricardo Santhiago, na qual você é a pesquisadora Anita Lucchesi

assinam o capítulo *História digital: reflexões, experiências e perspectivas*; e mais recentemente, pela mesma editora, foi lançada a obra-coletânea *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*, organizada pelas professoras Juniele Rabêlo e Sônia Meneses. Fale-nos da importância destas três publicações para os estudos em história pública. Qual sua análise sobre a história pública no Brasil? Você acha que é chegada a hora de uma coletânea que traga os debates teórico-metodológicos da história digital?

BLPC – Esses livros que você mencionou são publicados pela editora Letra e Voz, que vem se destacando na publicação de obras no campo da história pública no Brasil. A publicação desses livros é muito importante, sobretudo porque temos um mercado editorial muito contraído, ainda mais em tempos de crise. Publicações sobre história pública não costumam ser traduzidas para o português. Além disso, para piorar, obras em outras línguas sobre história pública não chegam às nossas livrarias ou bibliotecas. Há, assim, uma carência enorme por parte dos estudantes e pesquisadores no Brasil em ter acesso a esse tipo de produção bibliográfica. Por isso o trabalho que a Letra e Voz vem desenvolvendo é tão importante. Na verdade, essa importância vai além, já que esses livros citados por você dão corpo a uma perspectiva brasileira da história pública.

De uma forma geral, acho que o crescimento da história pública no Brasil é notável. Em poucos anos, a área fez quatro encontros, lançou quatro livros e estabeleceu uma rede internacional que colocou o Brasil em evidência no exterior. Temos uma rede forte, formada por pessoas jovens e experientes, de instituições as mais diversas. No plano do debate teórico e conceitual, ainda temos desafios importantes, como, por exemplo, estabelecer melhor como o público pode participar da história pública, e o que exatamente estamos querendo dizer com a “história” da história pública. Trata-se de história como sinônimo de passado ou como sinônimo de historiografia? Ou há um outro significado? A resposta incide diretamente na nossa maneira de fazer história pública.

Finalmente, quanto à última parte da pergunta, acho que isso começa a acontecer. O debate sobre história digital já aparece no mais novo livro publicado pela Letra e Voz, *Que história pública queremos?/What public history do we want?* Neste livro, eu contribuo, por exemplo, com um texto que discute a autoridade do historiador na era digital.

FSS – Para você o que temos chamado hoje de humanidades digitais seria uma ferramenta metodológica, uma técnica interpretativa ou mesmo uma prática investigativa das comunidades digitais offline/online no/do ciberespaço? Compreendemos as humanidades digitais como uma zona interdisciplinar de interseção entre as tecnologias digitais e as ciências humanas em profusa transformação sociodigital, na forma de repositórios digitais, curadorias colaborativas de armazenamento, preservação, gestão e divulgação de conteúdos digitais, a exemplo de portais, blogs, museus digitais, redes sociais, jogos virtuais, dados virtuais diversos, dentre outros, nas esferas de ensino e pesquisa, gerando práticas colaborativas e sociabilidades digitais. É sabido que você integra um coletivo de pesquisadores da Associação das Humanidades Digitais [AHDig], cujo objetivo é compartilhamento de experiências. Relate-nos um pouco destas produções no Brasil e Portugal.

BLPC – “Humanidades digitais” ainda é um termo em disputa. Então, a resposta sobre o que exatamente elas seriam vai depender muito do lugar de fala do seu interlocutor. E isso é bastante normal para qualquer nova tendência nas humanidades. Não é um problema. Eu, particularmente, tenho entendido as humanidades digitais como um movimento profundo de renovação das ciências humanas e sociais no âmbito acadêmico. Essa renovação tem a ver com a introdução de novas tecnologias digitais no campo da pesquisa, do ensino e da difusão do conhecimento. Eu estou me referindo aqui ao computador, à internet, aos aplicativos, ao streaming, aos novos softwares, aos modernos scanners, aos bancos de dados digitais, aos videogames, aos mapas interativos, às impressoras 3D, aos blogs e aos dispositivos móveis.

Todos nós sabemos muito bem como todas essas tecnologias mudaram nossa concepção de entretenimento e de interação social. Elas foram também determinantes para o surgimento de um novo mercado de consumo e da produção industrial. Ora, as humanidades não ficaram imunes às novas tecnologias. Como muitos outros campos do mundo do trabalho, o saber fazer daqueles que estão hoje no campo das humanidades também foi bastante reformulado por essas novas tecnologias. Um arqueólogo utiliza uma máquina de ressonância magnética para reconstruir o crânio de um antigo general romano e descobre que ele não cometeu suicídio, mas que foi assassinado. Um crítico literário usa um software que analisa dezenas de obras de um mesmo autor e descobre padrões de escrita antes não percebidos. Um historiador constrói um banco de dados digital sobre a Liga das Nações e, a partir do

tratamento destes dados, se dá conta da grande força política de determinados grupos e personagens que até ali mal tinham sido notados. Um professor de sociologia elabora um jogo eletrônico educacional que permite que seus alunos compreendam melhor os conteúdos discutidos em sala de aula. Essas são as humanidades digitais – uma mudança na forma do fazer humanidades.

Mas as humanidades digitais não parecem ser apenas isso. Seria uma simplificação forçada entender que se trata apenas de uma mudança de base técnica e metodológica. O emprego das novas tecnologias digitais no campo das humanidades tem suscitado uma série de debates entre os profissionais da área. O envolvimento da sociedade na produção do conhecimento das humanidades, por exemplo, tem sido bastante discutido – e nada mais compreensível, uma vez que as novas mídias digitais deram amplos poderes de criação de conteúdos para as pessoas. Também há grandes debates acontecendo no que diz respeito aos parâmetros éticos na construção do conhecimento em uma era digital. Como utilizar, por exemplo, dados de redes sociais em pesquisas acadêmicas? Ou ainda: como preservar, tratar e disponibilizar fontes históricas que já nascem em formato digital? A interdisciplinaridade é outra chave com a qual as humanidades digitais têm operado. Historiadores, sociólogos, geógrafos, psicólogos e antropólogos sempre dialogaram bastante entre si. No entanto, o diálogo agora tem se dado com áreas mais afastadas umas das outras no compartimentado plano espacial das universidades. As humanidades estão criando parcerias com o campo da comunicação social, da computação gráfica, do design, da engenharia de projetos, da arquitetura, da tecnologia da informação e até mesmo da genética. Não temos certeza, mas essa nova interdisciplinaridade pode mudar a maneira como nós das humanas compreendemos os nossos próprios campos. Em que medida a nossa forma de colocar problemas ou de estabelecer relações, e até mesmo de escrever, não estaria mudando em decorrência dessas novas práticas? Como uma pesquisa mediada pela tecnologia digital muda a percepção que a sociedade, e até mesmo o próprio pesquisador, tem do conhecimento?

Nos últimos anos, os pesquisadores brasileiros têm demonstrado grande interesse nas humanidades digitais. O CPDOC/FGV, por exemplo, criou o seu Laboratório de Humanidades Digitais [LHuD]. De forma semelhante, o IBICT/UFRJ criou o seu Laboratório em Rede de Humanidades Digitais [LarHud]. Em Portugal, o historiador Daniel Alves, da Universidade Nova de Lisboa [UNL], tem sido um nome bastante importante, sendo ele autor de diversos artigos e projetos na área. É dele, por exemplo, o estudo *Humanidades digitais e investigação histórica em Portugal: perspectiva e*

discurso (1979-2015), que traça um panorama bastante interessante. O diálogo entre os dois países, por sinal, é promissor e manifesta-se, dentre outras formas, na criação da Associação das Humanidades Digitais [AHDig], que reúne pesquisadores dos dois países. O primeiro Congresso Internacional em Humanidades Digitais, realizado no Rio de Janeiro em abril de 2018, é outra expressão da conversa que há entre os dois países.

FSS – Professor Bruno Leal, foi um enorme prazer caminhar por entre os caminhos da história pública e história digital ao adentrar a oficina historiográfica de Bruno Leal e o Café História. Obrigado.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Org.). *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. A divulgação da história na internet e o caso da rede Café História. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 188, p. 69-77, 2012.

_____. Digitalização de jornais: uma reflexão sobre desafios e melhores práticas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 89-102, 2016a.

_____. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *História Hoje*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 165-188, jan./jun. 2014.

_____. História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 35-53, 2016b.

_____. História pública: uma breve bibliografia comentada. *Café História: História Feita com Cliques*, 6 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 123-137.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Resumo: A presente entrevista com o historiador Bruno Leal foi realizada durante o 4º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública e 5ª Conferência Anual da Federação Internacional de História Pública, ocorridos na Universidade de São Paulo. Traz reflexões acerca da arte de historiar, com ênfase na função social do historiador do século XXI, oportunizando ao leitor um pertinente balanço acerca do fortalecimento dos estudos em história pública no Brasil, sob o esteio da história do tempo presente. Destarte, o historiador tratou dos desafios, trajetórias, experiências e perspectivas da história digital no Brasil.

Palavras-chave: História pública. História digital. Café História. História do tempo presente.

**Between public history and digital history:
the historiographical workshop of Bruno Leal and the Café História**

Abstract: This interview with historian Bruno Leal, held during the 4th International Symposium of the Brazilian Network of Public History and the 5th Annual Conference of the International Federation of Public History at the University of São Paulo, brings reflections on the art of historicizing, with emphasis on the social function of the historian of the 21st century, giving the reader a pertinent account of the strengthening of studies in public history and digital history in Brazil under the banner of the history of present time. Thus, the historian addressed the challenges, trajectory, experiences and perspectives of digital history in Brazil.

Keywords: Public history. Digital history. Café História. History of present time.

Recebido em 28/09/2018

Aprovado em 16/10/2018